

Próximo número em Janeiro de 2013:

cadernos de projeto #4 habitação

arquitetura e urbanismo projeto

Design e paginação

Pedro Santiago

Imagem da capa

Pedro Santiago

Tiragem

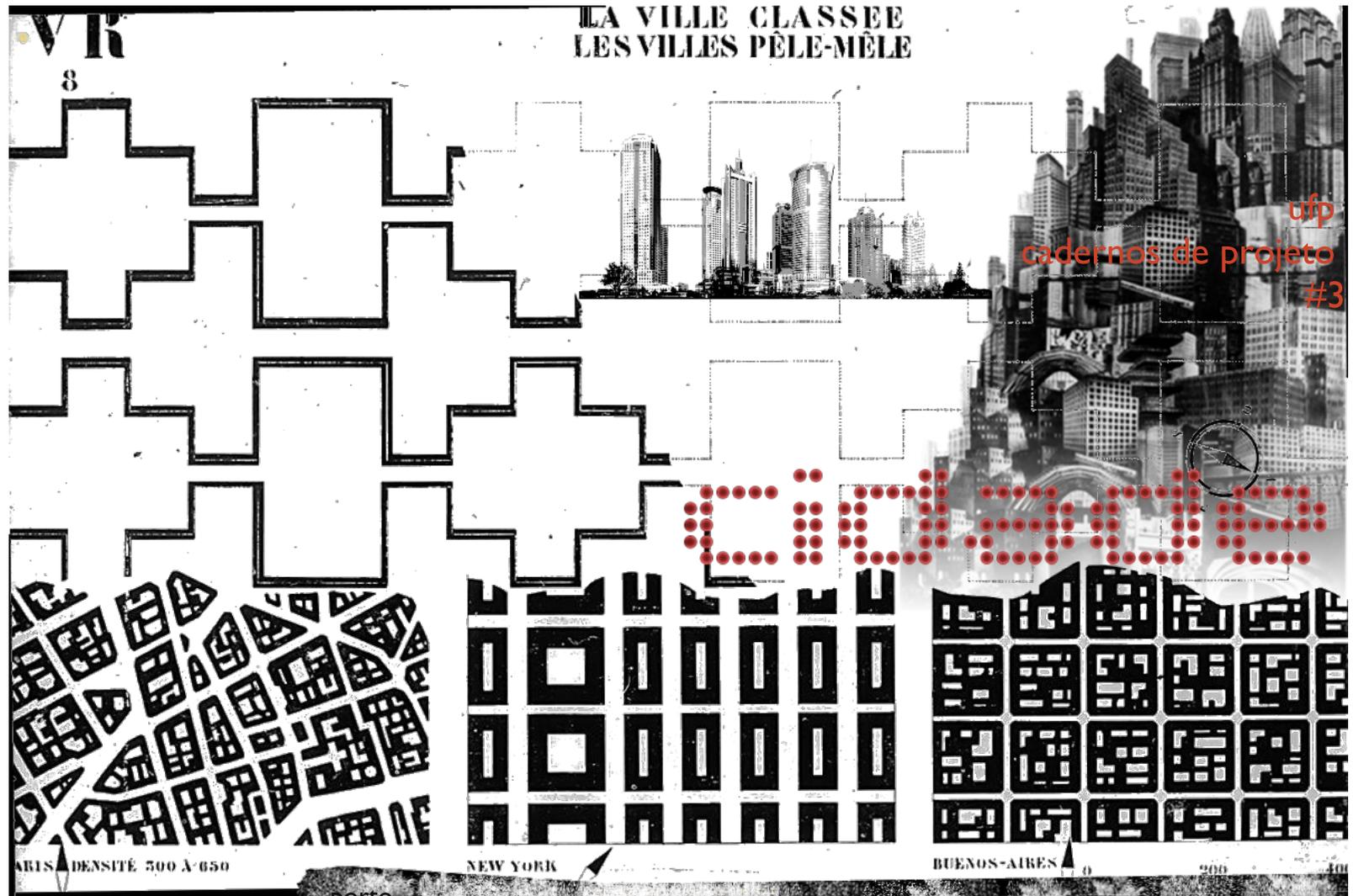
1 exemplar por aluno

A leitura de cadernos de projeto #2 não dispensa o aluno de acompanhar e atender à totalidade da informação fornecida pelo docente no período letivo da unidade curricular de Projeto, assim como a consulta regular da informação disponibilizada nos locais instituídos da UFP.

cadernos de projeto#3 reporta-se transversalmente às unidades curriculares Projeto do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, para o ano letivo de 2012/13 e é da inteira e exclusiva responsabilidade dos seus autores, o docente Pedro Santiago.

Porto, Novembro de 2012

psantiag@ufp.edu.pt



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA
WWW.UFP.PT

porto
2012.11

luís pinto faria . sara sucena . abel tavares . pedro santiago . 2012

Entre a tematização e a excepção

2

Apesar de, desde sempre, ter-se sentido o apelo e a necessidade de se adequar as construções ao contexto particular de cada habitat, ao senso comum, bem como às convicções políticas e filosóficas de cada um, o forte imperativo económico que tem caracterizado toda a civilização industrial, bem como a globalização da informação e das vivências associadas ao boom tecnológico das últimas décadas, parece ter conduzido a arquitectura e o urbanismo num processo de virtualização dos seus impulsos e intentos, dependente do ritmo de divulgação de novos modelos internacionais, mais ou menos massificados e quase sempre dependentes do mediatismo associado aos chamados fazedores de opinião, impulsionando as principais cidades do mundo ocidental a afastarem-se

Após o marco simbólico do 11 de Setembro de 2001, bem como da crise económica, financeira e social que o seguiu, ou após as várias catástrofes ambientais que assolaram o planeta durante primeira década deste século, agudiza-se o debate sobre as consequências das decisões políticas do passado, forçando-se, cada vez mais, a ciência e a técnica a justificar-se socialmente, não pelas suas causas, mas, fundamentalmente pelas suas consequências.

Hoje, quer ao nível do desenho da cidade, quer do projecto das principais infra-estruturas urbanas ou mesmo dos objectos arquitectónicos per si, os outrora símbolos de prosperidade e desenvolvimento, inspirados em modelos socioeconómicos tidos como de sucesso, tendem agora a transformar-se em excessos que contrariam as reais necessidades e apetências de uma população e de um território profundamente metamorfoseado.

O actual contexto social, político e económico configura um ambiente propício à crítica e à transformação, não só do território construído, mas, fundamentalmente, do modo como se o perspectiva e sobre ele se actua.

Segundo Hans Ibelings a globalização foi o tema dominante da década de 90, marcando o início de toda uma arquitectura para a qual “(...) as noções pós-modernas de lugar, contexto e identidade perderam, em boa parte, o seu significado”. Este período, a que Ibelings se refere como «Supermodernismo», foi marcado pelo optimismo e excessos próprios de um período histórico económica e financeiramente favorável, tendo-se caracterizado por uma profusão à escala mundial de objectos arquitectónicos cultural e socialmente desenquadrados, legitimados numa globalização técnica e simbólica que excedeu largamente o internacionalismo do movimento moderno.

Frank Gehry, Rem Koolhaas, Santiago Calatrava, Peter Eisenman, Norman Foster, Zaha Hadid, entre tantos outros, outorgam um conjunto de novas tendências estilísticas atópicas difundidas por todo o globo enquanto símbolos de vanguarda e de desenvolvimento. As obras de arquitectos como Álvaro Siza, Tadao Ando ou Rafael Moneo, que nos anos 80 Kenneth Frampton (1985) incluía na sua lista de exemplos de «critical regionalism» ou «reflective practices», pela sua identidade cultural bem demarcada, são, no decorrer dos anos 90, gradualmente desnacionalizadas, isto é, mesmo sem perder a sua especificidade local, elas passam a ser lidas e a produzir significado num contexto transnacional alargado, multiplicando, mas também transformado radicalmente o seu sentido e a sua mensagem (Saskia Sassen, 2006).

Objectos de celebração e desejo, estes novos monumentos, ainda que localmente desenquadrados ou despidos da sua identidade original, anunciam a sua capacidade mediática para referenciar espaços e cidades no contexto internacional, tornando-os mais visíveis, centrais e mais significantes na rede global.

No novo planeta global, os territórios, tal como as pessoas, para serem aceites e se integrarem no modelo vigente, necessitavam não só de adoptar as vivências como também os símbolos dos grupos dominantes. Os centros cívicos deram lugar a centralidades políticas, cirurgicamente assinaladas por arquitecturas e padrões de desenvolvimento reconhecidos e aceites pela comunidade global que pretendiam integrar.

Terá sido sob este argumento que, durante a última década, Portugal se

Entre a tematização e a excepção

tentou em apostas territoriais directa ou indirectamente vocacionadas a uma maior atractividade internacional, salientando-se, a título de exemplo, o programa do “Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura”, reduzido simbolicamente à construção da Casa da Música da autoria de Rem Koolhaas, ou ainda a preparação do “Campeonato Europeu de Futebol 2004 (UEFA Euro 2004)”, com a construção de dez estádios assinados maioritariamente por arquitectos de renome internacional (e.g. Souto de Moura e Tomás Taveira).

4 Com soluções, ainda que controversas, mas legitimadas na imagem e no nome dos gabinetes que outorgam os projectos, os novos landmarks territoriais assumem um papel político, económico e turístico significativo no contexto da das respectivas “constelações” na rede global, ainda que, enquanto objectos de desejo, de moda e de consumo, ameacem poder vir a ser rapidamente percebidos como extemporâneos e excessivos.

Ainda que no encaço de uma projecção internacional do território Português e das suas gentes, ou simplesmente para legitimar soluções eventualmente mais difíceis de sustentar, a passividade do poder político nacional face às pressões económicas e políticas de âmbito transnacional, que lhe eram instantaneamente veiculadas à escala global, resultou na valorização de novas centralidades territoriais de carácter mais simbólico e político do que cívico, formatadas de harmonia com as últimas tendências internacionais mas que, quando perspectivadas do presente, se reconhecem menos ajustadas à realidade Portuguesa.

No entanto, a primeira década do século XXI veio revelar profundas alterações no modo como esta realidade é perspectivada. A referida arquitectura de espectáculo, tendencialmente de afirmação individual do seu autor e, cumulativamente, do modelo civilizacional que ele representava e que o promovia, esbarra agora numa encruzilhada de condicionantes globais e locais que a descontextualizam.

As novas geografias de equilíbrios e supremacias entre os chamados países dominantes; o confronto entre as capacidades técnicas e científicas actuais e a perspectiva das suas eventuais consequências; a experiência local e pessoal da, há muito anunciada, crise ambiental; ou a aparente falibilidade dos modelos políticos e económicos



Re:Start - mercado urbano - Christchurch, Nova Zelândia construído com contentores marítimos reciclados

dominantes; estão a transformar profundamente o modo como o cidadão se relaciona em sociedade, quer à escala da sua cidade quer a nível planetário.

O reconhecimento do papel dos grandes investimentos públicos no contexto da “rede global” é hoje indissociável da emergência do reforço da identidade “local”, alicerçada potencial específico (de excepção) dos seus recursos, quer humanos, quer culturais e ambientais.

Entre a tematização e a excepção, parecer hoje inevitável a associação do fenómeno da globalização ao da massificação, isto é ao downloading de informação (produzida pelos países dominantes), à tendência emergente para explorar as potencialidades do uploading, isto é, “(...) da globalização do que é local” (Friedman, 2006).

Biocidade

Os recursos físicos disponíveis para uma cidade são fundamentais para o seu sucesso ou fracasso, no entanto, as pessoas são a sua “infra-estrutura” original e essencial.

6 As cidades existem para as pessoas e as pessoas para a cidade, tendo a capacidade de as fazer e refazer ao longo do tempo, ou abandoná-las e deixá-las decair.

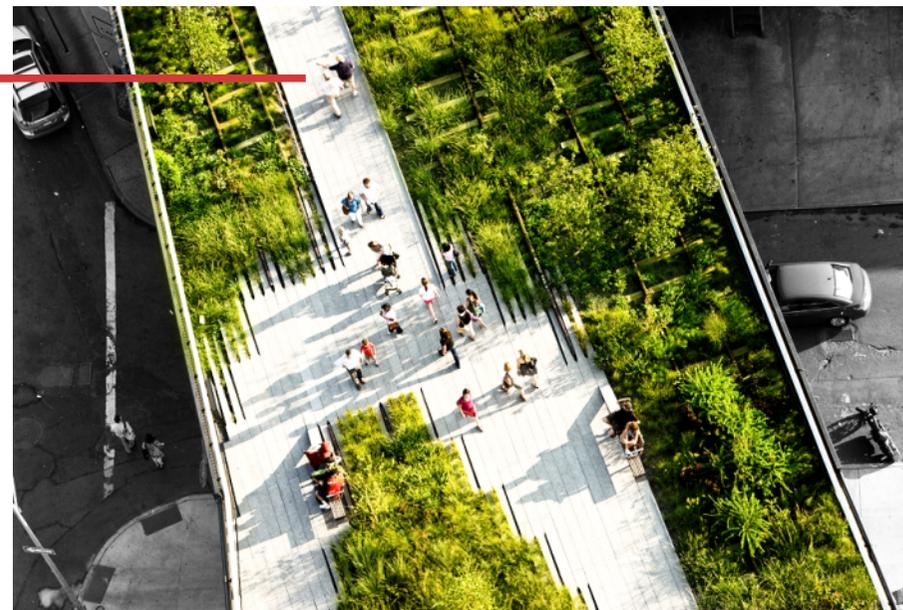
A história mostra-nos que a simples dimensão das cidades não prevê seu colapso. A megacidade pode ter recursos suficientes, resiliência e vontade política, assim como a pequena aldeia pode esgotar a sua base de recursos e simplesmente desaparecer. A história dá-nos vários exemplos de cidades que se renovaram, como Roma que se desfez por completo, tendo a sua população, de mais de um milhão e meio de habitantes no tempo do império, caído provavelmente para umas meras dezenas de milhares, apresentando agora novamente uma grande vitalidade.

Recentemente, temos vários exemplos de aglomerados urbanos que colapsam. As pessoas procuram oportunidades em outros lugares. Os seus equipamentos esvaziam, o comércio esmorece, a capacidade produtiva esgota-se.

No entanto, várias cidades antigas sobreviveram, mesmo contra todas as probabilidades. Localizações em zonas férteis, confluência estratégica de recursos hídricos, proximidade de fluxos comunicativos, permitem a sua permanente regeneração .

Qual a fórmula que garante a sobrevivência com sucesso de uma cidade? Nunca houve uma cidade perfeita (e nunca haverá). As tensões são geralmente sobre recursos específicos, como o ar, energia, água ou solo. A análise das cidades que falharam e foram abandonadas, normalmente aponta para causas bastante simples, como falhas nos seus recursos naturais.

É inútil projetar uma cidade sem entender as exigências dos seus habitantes. O que vai conferir carisma e personalidade a um



A "Highline" de Manhattan - construída sobre a antiga estrutura ferroviária.

determinado lugar urbano? Como motivar os habitantes a participar na vida urbana? As respostas a estas perguntas mudam com o tempo.

Algumas das cidades mais gratificantes para viver são aquelas que têm formado “camadas” de refazer e reutilizar. As suas zonas antigas (algumas consideradas património) têm capacidade de regeneração pela sua capacidade de adaptação, em analogia à teoria darwiniana, evitando a sua “extinção” ou abandono.

Este factor transmite a sensação de uma civilização humana plenamente vivida, as pessoas esquecem o propósito original dos edifícios e re-habitam-nos. A infra-estrutura é, tendencialmente, cada vez mais integrada, e o património arquitectónico maior e mais profundo. Há que continuar a inventar formas de reaproveitar essas estruturas.

Claro que o aspecto político é extremamente importante e tem um papel fundamental neste processo.

É necessário uma magia tecno-político-sócio-cultural que desencadeie a criatividade de forma tão convincente que as pessoas a reconheçam como o

Biocidade

caminho a seguir. Tem que ultrapassar o argumento teórico, tem que ser uma experiência vivida. Em qualquer período e contexto histórico umas cidades representam a modernidade; outras cidades seguem-na(s).

A resposta, passa certamente, por ambientes urbanos ecologicamente ricos. A infraestrutura verde como elemento de consolidação dos recursos e ciclos naturais e dos elementos que garantem a qualidade do “habitar” urbano.

8

No entanto, apesar dos estudos sobre os benefícios da promoção dos elementos naturais nas cidades, o valor da infraestrutura verde é muitas vezes negligenciado, com preferência por soluções baseadas na máquina em detrimento de soluções naturais. O paradigma de pensamento centra-se em questões pontuais e não numa visão mais ampla e complexa do problema relativamente ao “organismo urbano”, criador, inclusivamente, de maiores benefícios económicos e multifuncionais.

Acredito que o conhecimento e a tecnologia necessária para criar ambientes naturais ricos em cidades já existe, o problema reside na sua aplicação. E o que é vital é que qualquer acção deve ser implementada de forma coerente, coordenada para produzir benefícios a (e de) longo prazo. O todo é maior do que a soma das suas partes, e se intervenções menores forem coordenados e baseadas numa visão abrangente, o retorno sobre o investimento é muito maior.

A biodiversidade não pode florescer em habitats fragmentados pelo que a infraestrutura verde deve ser interligada, valorizada como um elemento activo, com efeitos benéficos para as componentes social, saúde, ambiental, económica e educativa da cidade. É importante dar à infraestrutura verde, o mesmo tipo de investimento, proteção e inovação em projeto e gestão como acontece com outros tipos de infraestrutura mais familiares, como redes de transporte, saneamento, energia, etc.. A cidade precisa de ser entendida como um ecossistema próprio, que pode ser extremamente benéfico para a sua qualidade geral.



Green Leaf project - Bangladesh

Estas estratégias têm que ser transversais e atravessar os vários ciclos políticos. Precisam de tempo para se solidificarem e funcionarem. As propriedades do aço e do betão são já bem conhecidas, mas a natureza é mais complexa, evolui ao longo do tempo, adapta-se, regenera-se. A infraestrutura verde dota a cidade dessas características.

Actualmente, os indicadores de sustentabilidade quantitativos incentivam fórmulas, abordagens através de pontos isolados, em vez de valiosos habitats locais. O foco deve estar na qualidade, tanto quanto o é, hoje, focado na quantidade.

Passar da perda das redes de biodiversidade para ganhos apoiando os ecossistemas saudáveis, com bom funcionamento e redes ecológicas coerentes.

Precisamos do tipo de desafio que Koert van Mensvoort(1) lança quando pergunta: “O que é a natureza?”. Se queremos desfrutar dos benefícios que a infraestrutura verde pode trazer, temos que a projetar para além do seu valor estético.

Parar de valorizar o “betão verde”, de relva impecavelmente cuidada e abraçar a diversidade natural e paisagens multifuncionais. Aprender a partilhar o nosso espaço com uma maior variedade de vida. Deixar que os elementos naturais sejam a nossa próxima “máquina de habitar”.

(1) Mensvoort, Gerritzen, Schwarz (Eds.) Next Nature (2005), BIS publishers, ISBN 90 6369 093

Ur

A cidade é porventura a mais bela das criações da humanidade. A sua origem está muito provavelmente ligada à revolução agrícola e ao aparecimento das plantas de cultivo, por volta do ano 5000 a.c. na Suméria, entretanto a primeira cidade conhecida nesta zona foi Eridu, que existiu aproximadamente em 4000 a.c. e que contava com vários milhares de habitantes.

10

Mais tarde (aproximadamente 3500 a.c.) esta mesma região contava já com um número considerável de cidades-estado – Ur, Erech, Uruk Lagash, Kish e Nippur – algumas com uma população que ultrapassava os 50000 habitantes (Lynch, 1985).

As circunstâncias de ordem produtiva e económica foram seguramente um dos fatores determinantes no surgimento das primeiras concentrações populacionais, no entanto o estatuto distintivo entre rural e urbano, dito de outra forma, o critério identificador de cidade foi de ordem funcional, ou seja o lugar de fixação do poder político. A relação entre rural e urbano, onde a função política cabe em exclusivo ao urbano, fundou as primeiras cidades. Isto significa que existiu uma relação entre cidade e a área sobre a qual esta exerce o seu poder, sem território não existe cidade (Mattoso, 1987). Podemos concluir que a cidade foi o espaço simbólico do poder, seja ele político, religioso ou militar, foi a sua materialização.

O “código genético” destas primeiras cidades, esteve provavelmente presente na fundação de praticamente todas as cidades ocidentais que chegaram até aos nossos dias.

Ao observarmos parte do que chegou até aos nossos dias da cidade-estado de Ur, que existiu aproximadamente há 5500 anos, identificamos um conjunto de sinais que conseguimos decodificar e que constituem ainda hoje o “material com que construímos” as nossas cidades – as relações de cheios e vazios, a escala e a geometria. Podemos observar a construção primordial das relações entre espaço simbólico e espaço comum, entre espaço público e espaço privado e entre exterior e interior. O espaço sagrado (simbólico) está organizado segundo a geometria regular da ordem, ao passo que o



Antiga cidade-estado de Ur, situada no atual Iraque. Fonte: Google Earth, 2007. As letras A e B assinalam duas das várias construções de culto religioso existente e o número 1 foi a casa do comerciante de cobsres com Dilmun, atual Bahrein (Lynch, 1985).alácio do Rei Shulgi

12

espaço profano (comum) constrói-se no caos das circunstâncias e da existência terrena. No entanto, dentro desse "caos terreno", podemos identificar a rua (com aproximadamente dois metros de largura e 60 de extensão), as construções de referência (locais de culto e comércio) estrategicamente localizadas no cruzamento de várias ruas e inclusive podemos perceber a organização e compartimentação do espaço doméstico envolta dos pátios exteriores.

Com o exemplo apresentado, constatamos que a manipulação intencional da relação primária entre cheios e vazios, construído e espaço, disponibiliza a possibilidade de carregar de significado o desenho da cidade e a sua legibilidade.

Abel Tavares

abel@ufp.edu.pt

"Responsável pela imagem «unificada» de grandes manchas urbanizadas, o «espaço entre cidades» - na verdade, o elemento novo da cidade contemporânea - é aquele que, por um lado, permite equiparar e assemelhar realidades urbanas que sempre se destacaram e contrapuseram, e que, por outro lado, permite fazer distinção entre essas realidades equiparáveis quando avaliadas a nível micro."



Sara Sucena

ssg@ufp.edu.pt

As cidades e o desejo 4

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada quarto.

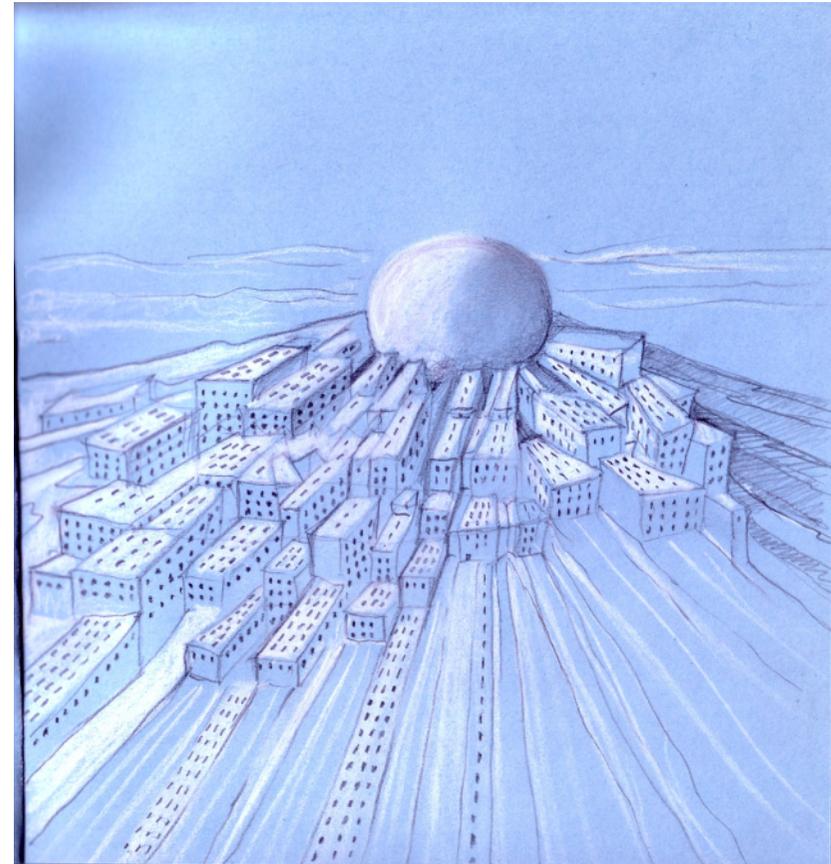
14

Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se por uma razão ou por outra, não se tivesse tomado o que é actualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro.

Agora Fedora transformou o palácio das esferas em museu: os seus habitantes visitam-no, escolhem a cidade que corresponde aos seus desejos, contemplam-na imaginando-se reflectidos no aquário de medusas que deveria conter as águas do canal (se não tivesse sido dessecado), percorrendo no alto baldaquino a avenida reservada aos elefantes (agora banidos da cidade), deslizando pela espiral do minarete em forma de caracol (que perdeu a base sobre a qual se erguia).

No atlas do seu império, ó Grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas. Uma reúne o que é considerado necessário, mas ainda não o é; as outras, o que se imagina possível e um minuto mais tarde deixa de sê-lo.

Italo Calvino - "Cidades Invisíveis"



"FEDORA" - ilustração da autoria de Brunetto de Batté